

AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O PORTFÓLIO COMO FERRAMENTA

Evaluation on infantile education: The profile as a tool

Silvia Helena Raimundo de Carvalho*

*Há, que se cuidar do broto pra que a vida nos dê flor e frutos.
(Milton Nascimento)*

RESUMO:

Todo processo avaliativo está pautado em uma concepção de educação e de avaliação. Ao buscar uma alternativa de avaliação que viesse ao encontro da educação, necessária para a atualidade, encontrou-se a avaliação formativa que se dá ao longo de todo processo de ensino e aprendizagem. Essa perspectiva de avaliar possibilita a regulação constante do processo, porque todos atores envolvidos podem examinar seus rumos e segui-lo ou readequá-lo conforme sua necessidade. O portfólio se apresenta como a ferramenta adequada para essa proposta de avaliação, uma vez que compila amostras que refletem a aprendizagem ou dificuldades e possibilita a evidência da natureza evolutiva do processo de ensino aprendizagem, permitindo a análise e reflexão a partir de dados significativos.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação, Educação Infantil e Portfólio.

ABSTRACT:

The current study is about a bibliography research which shows conception and links itself, to offer subsidies to a reflection about valuation and the process of teaching and learning, specially those developed at the kindergarten. We assumed that all valuating process is enroled in a conception of education and valuation. Looking for an alternative of valuation that could content the requests of an educational process which can attend the actually lawsuit, we can find it, on the shaped valuation which is built during the process of teaching and learning a model. This perspective of valuate allows a constant regulation of the process, because all actors envolved can test your own route and follow or adapt it according to your necessity. The portfolio presents itself in this context as a tool to the process of valuate, once that collects and shows samples that reflect the learning or difficulties, as well, it allows the evolutive nature of this process, teaching and learning, let analysis and reflections with meaningful basis.

KEY WORDS: Valuation, Kindergarten, Portfolio.

AVALIAÇÃO: UMA CONCEPÇÃO PARA NORTEAR O CAMINHO

A avaliação legitima o processo de ensino e aprendizagem; por este motivo, tornou-se o centro das discussões e preocupações entre professores, especialistas e profissionais da educação. Os pesquisadores da década de 70 foram concordes quanto à idéia de que a tarefa dos educadores é a de descobrir o mundo, e a dos avaliadores é de melhorá-lo. Este pensamento reflete a ênfase dada à avaliação a partir da década de 80 e reforçada ainda mais na década de 90.

* Pedagoga. Especialista em Metodologia do Ensino e em Supervisão Escolar. Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Londrina - UEL. Consultora Educacional.

De modo geral, as pessoas estão constantemente avaliando tudo à sua volta. Desde criança julgamos e classificamos pessoas, objetos e situações; quanto mais o tempo passa, mais nos sentimos capazes de avaliar; nossas experiências e conhecimentos acumulados nos levam a crer que estamos aptos a emitir pareceres sobre muitas situações como se fosse uma verdade absoluta. Este processo acontece desde a antiguidade, quando o homem começa a privilegiar um foco de atenção, a partir do qual todas as coisas serão referenciadas. Ainda hoje o homem estabelece critérios de avaliação que são determinados pelos valores fundamentais instituídos e mantidos nos diferentes grupos sociais em um determinado contexto histórico/geográfico. Assim também a escola, por volta do século XVII, inicia a prática da avaliação para analisar, julgar e classificar seu trabalho.

A avaliação não é uma tortura medieval. É uma invenção mais tardia, nascida com os colégios por volta do século XVII e torna indissociável do ensino de massa que conhecemos desde o século XIX, com a escolaridade obrigatória. (PERRENOUD, 2000, p.9).

O paradigma da avaliação tem mudado em função do contexto histórico. Vários autores, como VIANA, ALVARENGA e MEZZARROBA (1999), SOUZA (1999) e DEPRESBITERIS (1998) entre outros, analisam os estudos e fatos históricos referentes à avaliação educacional considerados como determinantes das atuais práticas de avaliação escolar.

Apesar de todas as controvérsias e dificuldades que o tema suscita, podemos considerar, como aponta PERRENOUD (2000, p. 09), que:

58

Avaliar é – cedo ou tarde – criar hierarquias de excelência, em função das quais se decidirão a progressão no curso seguido, a seleção no início do secundário, a orientação para diversos tipos de estudos, a certificação antes da entrada no mercado de trabalho e, freqüentemente, a contratação. Avaliar é também um modo de estar em aula e no mundo, valorizar formas e normas de excelência, definir um aluno modelo, aplicado e dócil para uns, imaginativo e autônomo para outros[...].

Segundo HADJI (2001), a avaliação é uma operação de leitura da realidade, através da qual o avaliador tem em vista um conhecimento e/ou atitude que toma para si como ideal e, a partir desta leitura, irá dizer em que posição está o aluno em relação àquela. Neste sentido, a leitura deve ser orientada, ou seja, não é descrever o que se apresenta e, sim, a relação que se estabelece com um objeto de saber:

... porém sempre com referência a uma relação ideal entre um aluno ideal e o mesmo objeto de saber.

Em outras palavras: o avaliador tem sempre um pé fora do presente do ato de avaliação.

Avaliar não consiste, pois, simplesmente, em medir esse desempenho, mas em dizer em que medida ele é adequado, ou não, ao desempenho que se podia esperar desse aluno. Em nome de quê? Do modelo ideal que orienta a leitura da realidade e que preside ao levantamento de indícios. Será em função desse modelo que se manifestarão expectativas precisas acerca do aluno (HADJI, 2001, p. 45).

A literatura atual está marcada pela busca de novos paradigmas para a avaliação escolar e salienta a necessidade de que eles sejam coerentes com a abordagem do processo de ensino e aprendizagem que servirá de referencial teórico para a prática. Pode-se considerar que, nesta década, floresceu a idéia de que, mesmo que o educador persiga uma valoração imparcial, objetiva e padronizada para avaliar, ele está comprometido com o ato avaliativo pela releitura própria do que vê a partir de suas concepções de mundo, de educação, de aluno, de escola e do saber sobre uma área de conhecimento. Esta releitura precisa respeitar as diferenças e por isso será complexa; o sujeito só pode ser apreendido na sua própria complexidade.

Há que se considerar, também, o momento de cada um e ser sensível a este aspecto; o presente não é um segmento de tempo cristalizado, mas um campo aberto, absorvente, plástico e inacabado; formado por tudo que foi vivenciado pelo sujeito nas situações passadas e que delinearão e estruturarão o futuro. Nesta perspectiva, a avaliação está voltada para a atuação do professor como mediador. O resultado da mediação é individual e provoca o aluno a buscar novos caminhos, mostrar quais aspectos pode melhorar e onde encontrar os caminhos para esta melhora.

Desta forma entendemos que a tarefa de avaliar não deve ser posicionada ao final de um conteúdo e, sim, durante o processo, na introdução, no desenvolvimento e na conclusão, respeitando as diferenças individuais desde que respeitada também a essência do conhecimento em foco. Isto permite, ao professor, obter parâmetros para buscar formas variadas de propor desafios, de modo que o aluno reflita e possa recriar suas soluções, construindo, de fato, seus conhecimentos.

Podemos, a partir deste entendimento, considerar avaliação como um processo permanente no contexto educacional. É no ato de avaliar que o professor pode refletir sobre todo o caminhar, e buscar alternativas para transformar o futuro, estando no presente assumindo uma perspectiva antecipatória. Madalena FREIRE (1997, p.37) afirma que: “aprender a avaliar é aprender a modificar o planejamento. No processo de avaliação contínua o educador agiliza sua leitura de realidade podendo assim criar encaminhamentos adequados para seu constante replanejar”.

Concordamos que avaliar não pode mais ser entendido como o olhar do professor sobre o aluno e seu conhecimento e, sim, como o ato de repensar todo o processo, sobre ele próprio, sobre o aluno e todo o contexto educacional, com vistas à tomada de decisões.

Neste sentido podemos chamar COLL (1996, p. 375) diz que:

Por hora, basta assinalar que consideramos a avaliação como uma atividade mediante a qual, em função de determinados critérios, se obtém informações pertinentes acerca de um fenômeno, situação, objeto ou pessoa, emite-se um juízo sobre o objeto de que se trate e adota-se uma série de decisões relativas ao mesmo. Neste contexto, a avaliação educativa, quer se dirija ao sistema em seu conjunto, quer se dirija a qualquer de seus componentes, corresponde sempre a uma finalidade, a qual, na maioria das vezes, implica tomar uma série de decisões relativas ao objeto avaliado. A finalidade da avaliação é um aspecto crucial desta, já que determina em grande parte o tipo de informações que se consideram pertinentes para avaliar, os critérios que se toma como ponto de referência, os instrumentos que se utilizam e a situação temporal da atividade avaliativa.

HADJI (2001), ao abordar aspectos relevantes da avaliação, aponta seis questões importantes sobre a avaliação: a primeira diz respeito ao conceito de avaliação que permeia a prática. Geralmente, quando se busca resposta para esta questão, a primeira idéia que se apresenta é a de medir, quantificar acertos. No caso da Educação Infantil, por exemplo, a inexistência de um conceito para a avaliação leva muitos educadores a se limitarem a apenas quantificar ações ou observá-las e descrevê-las. O autor salienta o engano em que se pode incorrer, pois entende que avaliar é: "...pronunciar-se, isto é, tomar partido sobre a maneira como expectativas são realizadas; ou seja, sobre a medida na qual uma situação real corresponde a uma situação desejada... A avaliação é uma operação *de leitura orientada da realidade* (HADJI, 2001, p.128)".

A segunda questão apontada pelo autor refere-se à possibilidade da avaliação ser objetiva. HADJI (2001) justifica esta impossibilidade a priori, uma vez que esta ação se dá em um contexto social, mediada por uma 'comunicação/negociação', envolvendo um 'ator-avaliador', que pode ter seu julgamento alterado por fatores sociais (sua história e leitura de contexto), e um avaliado, também sujeito a interferências do meio. Apesar destas considerações, aponta-se a possibilidade de que se delimite o objeto da avaliação e se busque minimizar ao máximo esta influência social. Mais do que a objetividade, a pertinência e a justiça devem ser perseguidas.

A importância da avaliação é a terceira questão destacada; é relativa aos efeitos da avaliação como norteadora do destino dos alunos e à indicação de seu êxito ou fracasso, bem como ao seu poder social de negociação didática. Além disso, ao seu poder de regulação, uma vez que a avaliação tem caráter formativo:

[...] acentuando-a, organizando-a, instrumentalizando-a, para auxiliar o aluno a "apreendê-la", a dominá-la, e talvez a integrá-la de modo tal que possa fazer parte desse autocontrole quase automático, que faz a grande força do especialista. Do novato ao especialista, é necessária, sem dúvida, a passagem por fases automatizadas, e trabalhadas, de avaliação instrumentalizada com vocação formativa (HADJI, p.130).

Salienta também a utilidade da pesquisa na avaliação, uma vez que a pesquisa que foca a avaliação propicia a compreensão do avaliar, bem como as pesquisas em psicologia da aprendizagem, em didática ou ergonomia cognitiva das aprendizagens podem contribuir para delimitar o objeto da avaliação e sugerir novas atividades de intervenção.

Alerta, ainda, para os cuidados a serem tomados com a avaliação quando usada como "arma" do avaliador para coagir, manipular e submeter o aluno frente à autoridade que lhe é dada via avaliação. Como forma de evitar incorrer em tal armadilha, o professor pode se valer de técnicas para aproximar-se o máximo possível da ação de avaliar em sua essência, na constituição de uma ética do agir avaliacional (HADJI, 2001, p.131).

Finalmente, quanto à avaliação poder tornar-se formativa, sugere que a possibilidade existe e está atrelada, entre outras coisas, à coragem dos professores para ousar falar, e "julgar". Colocar o julgamento de avaliação, que o aluno começa por sofrer, a serviço de uma dinâmica que lhe permitirá tornar-se soberano, e não mais se submeter; este é o desafio daqueles que desejam tornar a avaliação formativa (HADJI, 2001, p.132).

Ao se optar por adotar a avaliação formativa em um processo educativo, é necessário destacar que uma proposta só se traduz em prática pedagógica com segurança se o professor estiver aderido a ela emocional e intelectualmente; toda e qualquer proposta de inovação há que

ser antecedida por momentos vários e profundos de reflexão junto aos professores, para que possam analisar as razões e a validade da proposta e, assim, conseguir a adesão necessária para uma inovação.

Quando analisamos a avaliação formativa, entendemos que, para que ela se efetive, é preciso que haja uma mudança na postura do professor e do aluno, uma vez que esta estabelece uma relação de proximidade e confiança entre ambos, através da qual o aluno torna-se capaz de revelar, sem medo de crítica, sanção, reprovação ou nota baixa, suas dificuldades, suas falhas, suas faltas e suas incompreensões. Assim, a avaliação formativa pode ser considerada como uma bússola orientadora do processo de ensino-aprendizagem (CORTESÃO, 1993, p.13)

De modo geral podemos afirmar que a avaliação é o processo que norteia o ensino e a aprendizagem, que permite a leitura do que foi realizado e, a partir dela, continuar ou mudar o caminho a seguir; a avaliação propicia uma orientação adequada ao “barco”, garantindo que o “marinheiro” possa assumir o curso do “timão” de modo que sua “embarcação” chegue da melhor forma possível a seu destino e que todos os “tripulantes” possam ficar satisfeitos com a viagem.

EDUCAÇÃO INFANTIL E AVALIAÇÃO: PROXIMIDADES POSSÍVEIS

A criança e seu modo de aprender têm sido motivos de preocupação e mistério há muitas décadas. A partir da urbanização crescente, a inserção cada vez maior da mulher no mercado de trabalho cria uma demanda por quantidade e qualidade nas instituições que atendem as crianças de 0 a 6 anos.

Estes fatores colaboraram para que tanto a sociedade civil como os órgãos governamentais implementassem ações em relação à educação escolarizada, com o objetivo de atender a esta faixa etária. A expansão da Educação Infantil tem sido, então, notória nas últimas décadas.

Um estudo relacionado a este aspecto foi apresentado por KUHLMANN Jr. (1998) ao abordar a evolução histórica da educação infantil, a partir da qual não podemos ignorar que a dicotomia entre assistência e educação, constatada na leitura histórica da Educação Infantil, tem sido superada. Os estudos atuais nos dão conta de que ambas se constituíram em instituições educacionais; o fator diferenciador está relacionado com sua destinação social. O discurso polarizador entre assistência e educação, que parece denunciar o ‘errado’ e propor o ‘novo’, denominado pedagógico, sem, no entanto, refletir sobre a discriminação da população pobre.

A Constituição Federal de 1988 traz, em seu artigo 208, inciso IV, que [...] a educação é “Um dever do Estado e um direito da criança e realizar-se-á em creches e pré-escolas”. (p.96). Ao menos do ponto de vista legal, este foi um marco importante. Logo em seguida, em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, vem confirmar este direito da criança.

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96, diz que:

[...] a educação infantil é a primeira etapa da educação básica e um complemento da ação da família e da comunidade (art. 29, caput). Deve ser desenvolvida em creches (para crianças até três anos de idade) (art. 30, inciso I) e em pré-escolas (para crianças de quatro a seis anos de idade) (art. 30, inciso II).

Portanto, as instituições tipo creche que praticam tão somente a assistência e guarda, devem ser, daqui por diante, locais de educação para crianças, onde a avaliação do desempenho da criança será feita sem o objetivo de promoção para o ensino fundamental. (art. 31, caput).

A fim de subsidiar a viabilidade da execução do exposto, o Ministério da Educação e do Desporto elaborou o “RCNEI - Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil”, que, segundo o ex Ministro da Educação Paulo Renato Souza, na apresentação deste documento, pretende:

[...] apontar metas de qualidade que contribuam para que as crianças tenham um desenvolvimento integral de suas identidades, capazes de crescerem como cidadãos cujos direitos à infância são reconhecidos. Visa, também, contribuir para que possa realizar, nas instituições, o objetivo socializador dessa etapa educacional, em ambientes que propiciem o acesso e a ampliação, pelas crianças, dos conhecimentos da realidade social e cultural (BRASIL, 1998, p.07).

Entendendo que o RCNEI constitui-se em um avanço para o debate sobre a educação de crianças de 0 a 3 anos, longe de ser uma resposta efetiva para as questões da Educação Infantil ele se apresenta como uma possibilidade metodológica, sem considerar as diferenças gritantes existente em nosso país.

Para haver uma mudança em relação à Educação Infantil a criança precisa deixar de ser caso de polícia e passar a ser foco principal de políticas públicas nacionais, e não sazonais, uma vez que aquelas dependem de vontade política e comprometimento efetivo, tanto da classe dirigente de nosso país, em todas as esferas, como dos profissionais envolvidos com este nível de escolarização.

O RCNEI pretende ser um parâmetro para que os profissionais da Educação Infantil reflitam acerca de suas práticas e, a partir de seu estilo próprio e da clientela com a qual irão trabalhar, possam estabelecer objetivos, conteúdos, orientações didáticas e modos de avaliação que norteiem a prática pedagógica.

A avaliação é apontada no RCNEI como elemento indissociável do processo educativo, que deve superar de longe as práticas equivocadas que a usam de forma classificatória, conferindo conceitos, notas ou outros critérios para expressar o julgamento do professor sobre o desempenho da criança; ou, em outros casos, a avaliação é ignorada por não ter valor de promoção para uma nova fase de escolarização.

Esse documento pressupõe que a avaliação deve iniciar com a observação criteriosa e sistemática, por parte dos professores, das experiências das crianças na escola e que serão registradas de modo a construir o principal instrumento de reflexão sobre todos os aspectos concernentes ao ensino e à aprendizagem, e que o levará a ter uma visão contextualizada dos processos de desenvolvimento da criança, da qualidade das interações estabelecidas com as outras crianças e com os adultos, do desenvolvimento global da criança e outros, com vistas a atribuir função formativa à avaliação e buscar novos rumos para sua prática.

Nesta perspectiva, segundo o RCNEI, “...a avaliação tem como função acompanhar, orientar, regular e redirecionar esse processo (educacional) como um todo.” (1998, v.1, p.59). O professor se servirá da avaliação para refletir sobre as condições de aprendizagem propícias às crianças e regular suas práticas de acordo com os resultados decorrentes das mesmas. Assim, as crianças devem tomar conhecimento de seus avanços, suas dificuldades e possibilidades de superá-las, bem como os seus pais devem acompanhar o desenvolvimento de seus filhos, compreendendo os objetivos estabelecidos e os meios usados para alcançá-los.

Poderíamos criticar a superficialidade com que o RCNEI trata algumas questões, mas consideramos que ele serve de ponto de partida para a estruturação de todo um trabalho e um estudo aprofundado que o professor deverá fazer sobre a criança e seus modos de aprender. Neste contexto, acredita-se que estudos devem ser conduzidos no sentido de pesquisar como elaborar, operacionalizar e avaliar uma proposta de avaliação para Educação Infantil que seja decorrente de uma proposta pedagógica coerente. Este é o principal problema que tem nos impulsionado a buscar alternativas de ações para o trabalho na Educação Infantil, mas, acima de tudo, a questão que mais tem inquietado é a avaliação realizada na Educação Infantil.

O PORTFÓLIO: UMA FERRAMENTA PARA A AVALIAÇÃO FORMATIVA

Muitos educadores, insatisfeitos com os modos usuais pelos quais a avaliação se desenvolveu durante décadas, por vários motivos, dentre eles a limitação do modelo tradicional em medir respostas e não de acompanhar as produções e construções do aluno que denotem seu desenvolvimento, optaram pelo uso do portfólio como um recurso ou ferramenta para avaliação.

Comumente o portfólio é utilizado no campo da arte, os artistas se utilizam a muito tempo dessa ferramenta para apresentar as amostras de seu trabalho, de modo a registrar os momentos mais importantes ou significativos de sua trajetória em uma ordem cronológica de suas execuções.

SISTÊLOS, SCHIEL e DOMÍNGUEZ (2001, p.1), citando HART e CAMPBELL (2001), definem portfólio:

Um portfólio é uma pasta que mantém evidências da habilidade individual, idéias, interesses e acompanhamento de um estudante no tempo. Ele deverá ser mais do que uma coleção de documentos. Um portfólio bem projetado conterá um indiscutível corpo de trabalho do estudante (HART, 1994).

Um portfólio não é meramente um arquivo de projetos de curso e anotações, nem um colecionador de memoráveis atos de ensinos. Um portfólio é uma documentação organizada e direcionada a alvo do crescimento profissional e competência alcançada no complexo ato de ensinar. Através desta coleção de documentos, um portfólio é uma evidência tangível de um largo campo de conhecimento, disposições e habilidades que se processa quando do crescimento profissional/ educacional. Além disso, documentos em um portfólio são auto-selecionados, refletindo sua individualidade e autonomia. (CAMPBELL, 1997, p. 34).

Quando se trata do trabalho escolar, de uma turma ou disciplina, o portfólio se constitui no agrupamento de amostras de trabalhos produzidos pelos alunos com as devidas anotações sobre os dados em questão. Ele pode ser montado pelo professor ou, de modo mais participativo e ideal, contar com a contribuição do aluno.

Algumas razões importantes podem ser destacadas como motivos para o uso de portfólios:

- permite a avaliação formativa do aluno;
- possibilita a reflexão por parte de todos atores do processo: alunos, professores e pais;
- auxilia a continuidade do trabalho, caso o professor seja afastado;
- apresenta-se como ótima ferramenta para o ensino;
- propicia aos pais compreender o processo escolar através do acompanhamento do desenvolvimento da criança.

O uso de portfólio na escola, principalmente como ferramenta para avaliação tem sido recente e, no entanto, inovações quanto à sua utilização já têm sido relatadas, especialmente com o uso de tecnologias.

No Simpósio Brasileiro de Informática na Educação, realizado em 2001, pelo menos dois trabalhos apresentados propunham a utilização de portfólio. Um deles foi 'Um Sistema de Apoio ao Método de Avaliação Autêntica: Projeto POETA (Portfólio Eletrônico Temporal e Ativo)', descrito pelos professores Sistêlos, Schiel e Dominguez, das Universidades da Paraíba e de Pernambuco, que propõe a utilização do portfólio como mecanismo de ensino e aprendizagem e o portfólio eletrônico como alternativa para a avaliação.

Para os envolvidos no Projeto POETA:

Um portfólio é uma pasta que mantém evidências da habilidade individual, idéias, interesses e acompanhamentos de um estudante no tempo. Ele pode ser representado por um classificador preenchido com papéis selecionados, ou documentos eletrônicos que armazenam informações selecionadas dos estudantes. (SISTÊLOS, SCHIEL e DOMINGUEZ, 2001, p.02).

Alguns cursos virtuais ou à distância, que estão ganhando cada vez mais espaço, utilizam os portfólios eletrônicos como forma de avaliação; mesmo cursos presenciais estão solicitando que alunos façam suas homepages como forma de avaliação, nas quais os autores descrevem o caminho percorrido no processo, comentam a bibliografia utilizada e fazem seus registros pessoais, entre outros.

Relatos, especialmente de pesquisadores norte-americanos, demonstram a adoção do portfólio como ferramenta para avaliação, como, por exemplo, a fala dos dirigentes da rede estadual de ensino de Rhode Island e da University of Dayton. Fernando HERNANDÉZ (2000) também sugere a utilização do portfólio como ferramenta para avaliação, em seu livro 'Cultura Visual, Mudança Educativa e Projeto de Trabalho'.

Cabe ressaltar que a idéia de compor um portfólio como ferramenta para avaliação muito se difere do agrupamento organizado das produções das crianças, que muitas escolas de Educação Infantil faziam e fazem para apresentar as atividades realizadas. Arquivam os trabalhos das crianças e, depois de um certo período (ex: bimestral ou semestralmente), enviam para casa, para conhecimento dos pais, sem ter um objetivo claro. Os professores não retomam o processo vivenciado, nem analisam sua prática a partir dele.

O conceito de portfólio se amplia ao propiciar, ao professor, a oportunidade de reflexão sobre o desenvolvimento do aluno, analisar seus avanços e dificuldades e decidir sobre sua atuação didática em relação às tarefas propostas e os projetos desenvolvidos.

Em nossa forma de pensar, o portfólio é uma testemunha da ação pedagógica, o registro de como o trabalho ocorreu, a memória de uma mesma proposta desenvolvida em diferentes momentos. A utilização desta forma de documentação envolve interpretações das dimensões pedagógica e psicológica. Pedagógica porque o portfólio surge como um objeto fundamental de ensino, da valorização da reflexão e da ação do aluno. Psicológica porque mostra um pouco da personalidade de cada aluno, da sua forma de ser e de pensar. Através dessa documentação o professor pode compreender alguns anseios, algumas dificuldades e as conquistas de cada aluno (SMOLE, 1996, p.186).

O sucesso da adoção do portfólio como ferramenta de avaliação está diretamente ligado às anotações, aos registros do observador no momento real. A maioria dos alunos da Educação Infantil ainda não domina a linguagem escrita; assim, cabe ao professor esta tarefa.

O portfólio permite o ensino centrado na criança, em suas tarefas de aprendizagem, sem compará-la com outras crianças mas, sim, com seu próprio desenvolvimento cognitivo, socioemocional e físico. A criança utiliza, entre outras formas, as artes visuais como forma de expressar o que pensa, sente e sabe. Assim, registra as idéias que construiu dentro e fora da escola, permitindo uma reflexão sobre o seu próprio trabalho e o estabelecimento de conexões entre os temas estudados.

SHORES e GRACE (2001) salientam que o portfólio é uma ferramenta que também permite ao professor desenvolver-se profissionalmente, uma vez que com a ajuda dessa ferramenta poderá conhecer individualmente as crianças através da observação e análise, entendê-las; considerando que nesse processo as crianças são, como indivíduos, a base do ensino e da avaliação efetiva. Decorre que conhecer sobre desenvolvimento infantil e o modo como as crianças aprendem, e realizar atualização constante sobre estes conhecimentos, torna-se imprescindível; e isto é possível quando o professor observa e se questiona sobre como determinada aprendizagem aconteceu ou porque determinadas crianças não responderam à atividade, e quando ele reflete buscando alternativas de ação frente a cada criança. A observação constante também propicia o conhecimento sobre a diversidade das crianças e de suas famílias, por serem diferentes uma das outras, por terem inteligência mais ou menos desenvolvida.

De acordo com autores que estudam e orientam a formulação de portfólio, ele pode conter vários itens, os quais dependerão da criatividade do professor e dos alunos. Pode-se ter portfólios de vários tipos, como dividem SHORES e GRACE (2001):

- a) O portfólio particular, em que professor, pais e equipe diretiva registram dados pessoais do aluno, descrevem aspectos de seu desenvolvimento e/ou o estágio em que ele se encontra, sua postura frente ao desenvolvimento das atividades, entrevistas com pais, aspectos disciplinares e outros gerais que foram observados;
- b) O portfólio de aprendizagem em que professor e criança colecionam anotações, produções, rascunhos e esboços de projetos; enfim, pistas do aprendizado em curso;
- c) O portfólio demonstrativo que contém amostras das atividades realizadas pela criança, fotos ou filmes de sua participação durante o processo; enfim, todo material que possa demonstrar os avanços e as possíveis dificuldades apresentados pela criança.

Para compor cada tipo de portfólio, o professor poderá lançar mão de sua criatividade e da necessidade de seu grupo, e é importante que cada portfólio contenha material suficiente para representar uma amostra do desenvolvimento do aluno, possibilitar a avaliação formativa e assim atingir o objetivo a que se destina.

Como sugestões podemos citar: fichas individuais (tipo anamnese) para o portfólio particular; relatório sucinto individual ou coletivo da turma; amostras das produções que ilustrem as análises para o portfólio de aprendizagem; e, as produções das crianças (desenhos, escritos, textos), fotos dos diferentes momentos do processo, filmes, fitas e outros registros, para o portfólio demonstrativo.

Um outro instrumento que o professor pode lançar mão é a lista elaborada antecipadamente, na qual descreve as competências/habilidades que os alunos devem atingir, naquele trimestre, nas diferentes áreas, como, por exemplo:

- a) cognitiva - de acordo com os eixos de: linguagem oral e escrita, matemática, natureza e sociedade, movimento, música e artes visuais;
- b) socioafetiva – adaptação, rotina, comportamento geral e relacionamento.

A vantagem do trabalho é que auxilia o professor, a focar sua atenção em um determinado aspecto, otimizando o tempo gasto para os registros.

O verdadeiro valor do portfólio não se encontra em sua aparência física ou organização, mas na postura colaborativa que infunde naqueles que o usam. Mais que um procedimento ele representa uma filosofia que requer que a avaliação assuma a função de apoiar o trabalho da escola e da aprendizagem. Enfatiza-se o processo e o produto, assim como a participação ativa do professor e do aluno em sua própria avaliação e desenvolvimento (VALÊNCIA, apud BOAS, 1999, p.340).

Cada professor vai adaptar os tipos de portfólio que sua realidade demanda ou comporta. Introduzir variações em cada tipo depende da criatividade dos atores envolvidos, que com a prática de uso desta ferramenta, com certeza, irão se ampliando a cada ano.

É importante que seja de conhecimento de todos, professor, pais e alunos, as intenções que existem para a execução dos portfólios. Para tanto, na apresentação do portfólio deve conter uma explicação sobre a sua finalidade.

A utilização do portfólio como ferramenta para a avaliação formativa requer a apresentação dos registros dos professores, das reflexões, análises e julgamentos sobre os diferentes documentos apresentados.

Mesmo considerando as crianças no estágio pré-escolar e sua falta de domínio da linguagem escrita, o professor deve buscar alternativas para apresentar a auto-avaliação, a reflexão do aluno quanto ao seu processo de aprendizagem ou quanto às dificuldades que enfrentou.

Através da atividade de auto-avaliação o aluno percebe e expressa o que aprendeu, quais estratégias são significativas para ele, como enfrenta as dificuldades encontradas ao longo do processo, quais fontes de informação pode recorrer para aprender, como se relaciona com a aprendizagem, com o professor e com os colegas, que conceito tem de si mesmo.

Assim, além de oportunizar ao aluno uma forma de se conhecer e de perceber-se como sujeito de seu desenvolvimento, o professor contará com mais uma possibilidade de avaliar seu próprio processo de ensino.

É importante o comprometimento do professor em proceder atenciosamente em todas as etapas da elaboração do portfólio, a fim de que essa ferramenta sirva de modo adequado aos fins que se pretende.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização do portfólio como ferramenta para avaliação na Educação Infantil se constitui em um valioso instrumento para a implementação da qualidade do trabalho desenvolvido nessa etapa da escolarização.

Através da utilização do portfólio pode-se implementar a sistematização do acompanhamento do desenvolvimento da criança ao longo do processo de escolarização, bem como sua autonomia em relação a ele.

Nesta perspectiva a avaliação não acontecerá em um momento privilegiado e sim durante todo processo, sem a pretensão de classificar os alunos mas como meio de regulação do processo, e contará com a sinergia, com a cooperação dos professores, alunos e pais, visando o melhor resultado possível de todo processo de aprendizagem, a valorização e qualificação do produto.

Para além do simples registro do vivido pela criança como resultante da ação exercida pela escola, a utilização do portfólio incide no monitoramento do processo de desenvolvimento da criança, partindo do acompanhamento de sua ação e da evolução de seu pensamento e da expressão dele. Entende-se que a criança 'é', e não 'será'; nesta perspectiva, o professor acompanhará o momento de cada criança, determinado pelas experiências vividas na escola e fora dela.

As avaliações pautadas em listagens padronizadas perdem totalmente seu sentido, pois, a criança é um ser cultural, determinada pelo seu entorno, e este se faz diferente para cada uma. Assim, o professor vai regular suas ações a partir desta leitura, oferecendo situações desafiadoras que propiciem novas conquistas.

Para o aluno, a avaliação será um componente do processo de escolarização na medida em que, através dela, possa conhecer seu desempenho e compreender seu processo de aprendizagem, suas dificuldades e seus acertos, para desenvolver-se de modo global.

Para os professores a avaliação formativa proposta é fundamental enquanto prática de análise reflexiva sobre os avanços e dificuldades dos alunos, a partir dos quais irão rever sua prática pedagógica, preparar intervenções, selecionar atividades e metodologias que superem as dificuldades apresentadas com vistas a promover o desenvolvimento do aluno. Assim, os professores contextualizarão as respostas e produções dos alunos, compreenderão o modo como foram elaboradas, planejarão suas intervenções individuais e coletivas e poderão também encaminhar suas preocupações à equipe diretiva da escola (supervisão, direção e coordenação) bem como compartilhá-las com seus pares, e juntos buscarem alternativas teóricas e práticas de encaminhamentos das possíveis intervenções.

Os pais serão convidados a participar de modo mais efetivo desse processo. Deixarão de apenas receber comunicados mostrando os resultados da aprendizagem de seus filhos e passarão a ser convidados a entender e participar efetivamente do processo, compreendendo as dificuldades e os avanços de seus filhos, bem como serão orientados de como contribuir nesse processo, tanto na escola como em casa.

Assim, ao propor uma abordagem para o tema avaliação não se pode pretender esgotar o assunto nem mesmo oferecer todas as pistas para a construção de uma proposta singular; no entanto, com certeza, as idéias descritas servem de ponto de reflexão e indícios para a

busca de referenciais que possibilitem o conhecimento aprofundado dos caminhos percorridos, bem como para elaboração de projetos de avaliação que possam favorecer a aprendizagem dos alunos que se encontram nessa fase, tão importante da escolarização, que é a Educação Infantil.

REFERÊNCIAS

BOAS. O que é um Portfólio. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO. Acessado em 25 jul. 2001.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil - 1998*. São Paulo: Saraiva, 1998.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*. Brasília: Material publicado pelos gabinetes dos deputados Irineu Colombo e Nedson Micheleti. LDB: As Novas Diretrizes da Educação Básica, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. V.3, Brasília: MEC/SEF, 1998.

CAMPBELL, Dorothy M. *et al. How to develop a professional portfolio: A manual for Teachers*. USA: Allyn & Bacon, 1996.

COLL, César *et al. Os conteúdos na reforma: ensino e aprendizagem de conceitos, procedimentos e atitudes*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

68

CORTESÃO, Luiza. *Avaliação Formativa: que desafios?* Coleção Cadernos Pedagógicos, 2.ed. Lisboa: Edições Asa, 1993.

FREIRE, MADALENA *et al. Avaliação e planejamento: a prática educativa em questão*. Instrumentos metodológicos II. São Paulo: Artcolor, 1997.

HADJI, Charles. *A avaliação desmistificada*. Porto Alegre: ArtMed, 2001.

PERRENOUD, Philippe. *Pedagogia diferenciada: das intenções à ação*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

SISTÊLOS, Antônio J. C. M.; SCHIEL, Ulrich; DOMÍNGUEZ, Arturo Hernández. Um sistema de apoio ao método de avaliação autêntica: Projeto POETA (Portfolio Eletrônico Temporal e Ativo). In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO. Disponível em <A:\Simpósio Brasileiro de Informática na Educação.htm>. Acessado em: 25 jul. 2001.

SHORES, Elizabeth; GRACE, Cathy. *Manual de portfólio: um guia passo a passo para o professor*. Porto Alegre: Artmed, 2001.